

3ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL Nº 302103-0

Embargante: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda

Embargado: Amaro de Albuquerque Barros e outro

Relator: DES. BARTOLOMEU BUENO

ACÓRDÃO

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. POSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

I – Nada a aclarar no acórdão embargado, não passando o presente recurso de instrumento processual para a rediscussão da matéria decidida.

II – Os embargos de declaração não possuem caráter modificativo em face de uma decisão ausente de qualquer omissão, sendo incabível, pois, o reexame da causa através desta via recursal.

III – Com relação ao prequestionamento postulado pela embargante, é entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que não há necessidade de pronunciamento expresse sobre cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.

IV – Embargos rejeitados, à unanimidade de votos

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 302103-0, em que figuram como Embargante Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda e como Embargado Amaro de Albuquerque Barros e outro, ACORDAM os Desembargadores componentes da 3ª Câmara Cível, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração, na conformidade do relatório e voto anexo, que passam a integrar esse julgado.

Recife, 3-10-2013

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL Nº 302103-0

Embargante: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda

Embargado: Amaro de Albuquerque Barros e outro

Relator: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos por Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda em face de Acórdão proferido por esta Egrégia Câmara(fls.259), que negou provimento à agravo interposto pelo ora embargante, mantendo decisão terminativa anteriormente prolatada.

Cinge-se a presente questão a respeito de roubo seguido de lesão ocorrido em estacionamento da empresa recorrente. Em decisão embargada, consignou-se o entendimento de ser devida indenização por danos materiais no valor de R\$ 3.408,21 (três mil, quatrocentos e oito reais e vinte e um centavos) bem como de danos morais, na quantia de R\$20.000,00 (vinte mil reais) à Maria Josete dos Santos e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Amaro de Albuquerque Barros.

Em embargos de declaração opostos, pretende o embargante o prequestionamento das súmulas 211 do STJ, 282 e 356 do STF, sob o fundamento de suposto dissídio jurisprudencial a respeito da questão enfrentada.

Neste sentido, pleiteia pelo conhecimento e provimento do presente recurso, a fim de sanar a suposta omissão existente.

É o que importa relatar.

Recife, 3 de 10 de 2013.

Desembargador Bartolomeu Bueno
RELATOR

3ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL Nº 302103-0

Embargante: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda

Embargado: Amaro de Albuquerque Barros e outro

Relator: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO

De início ressalte-se que o recurso não merece prosperar. Explico:

Em recurso, pleiteia o embargante o prequestionamento das súmulas 211 do STJ, 282 e 356 do STF tendo em vista o suposto dissídio jurisprudencial a respeito da questão enfrentada.

Nos precisos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os Embargos de Declaração constituem modalidade recursal cabível para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição do recurso o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado.

É possível, ainda, o manejo dos embargos de declaração para prequestionar determinada questão jurídica, caso a decisão recorrida não tenha sobre ela se pronunciado, abrindo caminho à interposição do Recurso Especial ou Extraordinário.

O prequestionamento consiste no enfrentamento, pelo Tribunal, das questões suscitadas pela parte. Entretanto frise-se que, se tais questões foram abordadas, a matéria está prequestionada, ainda que não tenham sido citados os dispositivos legais tidos por violados. Dito de outra forma, o que deve estar prequestionado a fim de que se viabilize o acesso às instâncias ordinárias é determinada questão de direito, e não um dispositivo legal.

Como bem ensina Ergas Dirceu Moniz de Aragão, *"se alguma questão fora julgada, mesmo que não seja mencionada a regra de lei a que está sujeita, é óbvio que se trata de matéria 'questionada' e isso é o quanto basta."*¹

Explicam José Miguel Garcia Medina e Teresa Arruda Alvim Wambier que:

¹ ARAGÃO, Ergas Dirceu Moniz de. Pré-questionamento. *Revista Forense*. Rio de Janeiro: Forense, nº 328, p. 43.

"É prescindível a referência expressa, na decisão recorrida, ao dispositivo legal que se alega violado. O *tema jurídico*, no entanto, deve ter sido enfrentado na decisão, não bastando a menção a determinado dispositivo legal.

O que importa para o cabimento dos recursos em análise, é que a decisão recorrida aprecie tema relativo à Constituição ou à lei federal, mesmo que não indique os preceitos violados"²

Vale citar alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS ACOLHIDOS.

- O prequestionamento consiste na apreciação e na solução, pelo tribunal de origem, das questões jurídicas que envolvam a norma positiva tida por violada, inexistindo a exigência de sua expressa referência no acórdão impugnado. (REsp 162608/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/06/1999, DJ 16/08/1999, p. 37)

PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. POSSIBILIDADE. TESE ENFRENTADA PELA CORTE DE ORIGEM. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS. MATÉRIA NÃO FOI ALVO DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO ESPECIAL.

1. Considera-se, in casu, que houve o devido prequestionamento implícito dos arts. 24 do Decreto n. 4.034/2001 e 17 da Lei n.6.880/80, porquanto tem-se o enfrentamento de questão jurídica pela Corte de origem.

2. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, admite-se o prequestionamento implícito, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional, quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram. (EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 5.3.2009, DJe de 7.4.2009).

3. A apresentação de novos fundamentos para reforçar a tese trazida nas contrarrazões do recurso especial representa inovação, o que não é permitido no âmbito do agravo regimental. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 326.776/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2013, DJe 28/06/2013)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. DISPOSITIVO LEGAL NÃO EXPRESSAMENTE MENCIONADO.

IRRELEVÂNCIA, SE EXPLICITADA A QUESTÃO FEDERAL. RECEBIMENTO DOS EMBARGOS.

Sendo a matéria conhecida, e devidamente explicitada a questão federal, com o tema colocado sob confronto, a omissão do preceito legal, por si só, não afasta a apreciação do recurso especial. (REsp 159983/SP, Rel. Ministro HÉLIO MOSIMANN, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/1999, DJ 19/04/1999, p. 70)

² MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Recursos e ações autônomas de impugnação*. São Paulo: RT, 2011, p. 238.

TRIBUTÁRIO - PROCESSO CIVIL - ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - VENDAS COM BONIFICAÇÃO - RECOLHIMENTO DESTACADO - VALIDADE - AUSÊNCIA DE PRESUNÇÃO DA MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO - ACÓRDÃO - NULIDADE POR OMISSÃO - ABORDAGEM DA QUESTÃO JURÍDICA - DESNECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - HONORÁRIOS - REVISÃO - SÚMULA 7/STJ. 1. É desnecessária a expressa menção pelo acórdão embargado do dispositivo em que se funda a tese recursal. 2. As vendas com bonificação em mercadorias em regra equivalem aos descontos incondicionados e, por conseguinte, excluem-se da base de cálculo do ICMS. 3. O intuito de lucro e a inexistência de obrigação legal imputável aos contribuintes da cadeia de circulação de mercadorias impede a adoção da presunção de que as mercadorias adquiridas por bonificação permanecerão com esta qualidade até a destinação final pelo consumidor. Precedente: REsp. 993409/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/05/2008, DJe 21/05/2008. 4. Validade da exigência de destaque do ICMS no regime de substituição tributária pelo substituto tributário nas operações interestaduais. 5. Inviável na instância especial a revisão de honorários de advogado, salvo se ínfimos ou excessivos, o que não ocorre na hipótese. Precedentes. 6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido. (STJ - REsp: 1051005 MG 2008/0088792-0, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 05/08/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/08/2010)

E no mesmo sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. VIA PROCESSUAL INADEQUADA. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO ACEITO PELO STJ. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. O julgado embargado não incorreu em qualquer vício de expressão ou de compreensão, mormente nos vícios da omissão e da contradição, posto terem sido apreciados com suficiência, clareza e harmonia os elementos do processo realmente relevantes para suporte do pronunciamento judicial questionado. 2. Os embargos de declaração não se prestam para fins de modificação do julgado. Para isso, deve ser manejado o recurso cabível à espécie. Embargos manejados com o nítido caráter de rediscussão do julgado. 3. Para o Superior Tribunal de Justiça, a falta do prequestionamento explícito não prejudica o exame do recurso especial, uma vez que a jurisprudência da Corte é uníssona em admitir o prequestionamento implícito. 4. Embargos conhecidos, mas rejeitados. (TJPE – EDcl nº 258989-7/02, 3ª Câmara Cível, Relator: Des. Eduardo Sertório, julgado em: 10/5/2012). Sem grifos no original.

Portanto, o prequestionamento consiste no enfrentamento, pelo Tribunal, das questões suscitadas pelo recorrente em sua peça recursal. Se tais questões foram abordadas a matéria está prequestionada, ainda que não tenham sido citados os dispositivos legais tidos por violados.

B. J.

No mais, percebe-se que a embargante se encontra inconformada com a decisão tomada pelo órgão colegiado e visa reformá-la em sede de embargos de declaração, rediscutindo matéria já apreciada.

Ora, reitere-se que os embargos de declaração não possuem caráter modificativo em face de uma decisão ausente de qualquer omissão, sendo incabível, pois, o reexame da causa através desta via recursal.

Por todo o exposto, **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração, diante da inexistência de omissão a ser aclarada.

É como voto.

Recife, 3-10-2013

Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator